

## Ângulos Plurais: Livro-reportagem, Compromisso Público e Autonomia Jornalística<sup>1</sup>

Alexandre Zarate MACIEL<sup>2</sup>  
Heitor Costa Lima da ROCHA<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

### Resumo

O livro-reportagem, por suas condições, de certa forma, mais libertas de produção e por oferecer, em tese, uma visão mais autoral dos jornalistas que os escrevem, configura-se como uma importante manifestação contemporânea da instituição jornalística na forma de um compromisso público. Auxiliam nesse debate, as defesas de um discurso mais plural no jornalismo, estabelecidas por Hallin e Mancini (2010), Hall et. Al., (1999) e Dewey (2004). Essas ideias são cotejadas com as dos pesquisadores que destacaram os papéis sociais do jornalista-autor, como Lima (2009), Catalão (2010) e Ferreira (2004). Ao longo de todo o artigo, exemplos de autorreflexões nas obras de Euclides da Cunha, Leonencio Nossa, Daniela Arbex, entre outros, comprovam os dilemas da busca de uma proposta dialógica para o discurso jornalístico.

**Palavras-chave:** Livro-reportagem; compromisso público; jornalista-autor; autonomia; visão plural.

### Introdução: compromisso com a reflexão pluralizada

Como membro de uma instituição legitimada social e historicamente para interpretar o real, o jornalista, em seu trabalho, pode optar por se posicionar pela reprodução da realidade social e/ou pela mudança social de acordo com a forma de representar simbolicamente as questões de interesse público. Muitas vezes, porém, premido pela ordem do tempo e do espaço e pelas pressões políticas das linhas editoriais nas redações, esse profissional acaba narrando os acontecimentos de forma monológica e autoritária, lançando mão de uma versão única embasada em pretensões de força.

A intenção deste artigo é compreender o trabalho de jornalistas autores de livros-reportagem que decidiram adotar, como traço de autonomia, uma postura dialógica e plural, com a descrição detalhada das pretensões de validade contidas nos argumentos das diversas posições existentes nos temas abordados em suas obras. Tomando por base as pistas contidas em prefácios, apresentações, ou no corpo dos livros, são aqui descritos os métodos

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 07 a 09 de julho de 2016.

<sup>2</sup> Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), campus de Imperatriz (MA). Atualmente cursa doutorado no programa de Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) com bolsa pró-doutoral da Capes. E-mail: [alexandremaciel2@gmail.com](mailto:alexandremaciel2@gmail.com).

<sup>3</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco/Programa de Pós-Graduação em Comunicação, orientador e coautor deste trabalho, com Pós-Doutorado pela Universidade da Beira Interior/Portugal. E-mail: [hclrocha@gmail.com](mailto:hclrocha@gmail.com).

diferenciados de aproximação dos personagens e contextualização de fatos históricos, bem como as autorreflexões presentes nesses livros. Este artigo procura entender o papel do jornalista-autor que assume uma posição clara de compromisso social, como em trechos da nota de apresentação original de “Os Sertões”, de Euclides da Cunha; em exemplos da coleção de livros-reportagem lançada nos anos 1970, pela Editora Alfa-Omega, “História Imediata”, e nas obras de dois escritores mais recentes, Leonencio Nossa e Daniela Arbex.

A tese central é a de que esses autores de livros-reportagem, bem como outros tantos jornalistas no Brasil, encaram com seriedade um dos papéis cruciais da instituição jornalística de se constituir em fator de estimulação para a reflexão crítica da comunidade de comunicação a que se destina e, conseqüentemente, para o exercício da cidadania. A partir de um trabalho mais paciente, reflexivo e contextualizador que o processo de produção de um livro-reportagem propicia, esses jornalistas-autores tentam se desviar das armadilhas dos desvios e omissões do jornalismo. Ou seja, fogem da tendência comum de disseminação de uma visão naturalizada, colonizada, da sociedade. Visão esta, que desautoriza a consciência da responsabilidade do cidadão de participar da construção social da realidade, reduzindo-o a uma posição reificada como mero espectador da representação simbólica da realidade elaborada pelos veículos de comunicação social.

Como base teórica para estas reflexões são úteis as ponderações de Hallin e Mancini (2010), sobre o jornalismo como um “dever público”; Dewey (2004), a respeito das conseqüências sociais das notícias e a defesa de um cenário em que transpareçam os “autênticos interesses dos repórteres”; a esfera da controvérsia legítima, em Hallin (apud Traquina, 2005) e os espaços para uma maior autonomia no jornalismo na concepção de Hall et Al. (1999). No campo dos estudos do livro-reportagem, Lima (2009), Catalão (2010) e Ferreira (2004) apresentam suas justificativas sobre o papel social mais engajado e autoral do jornalista que se aventura no campo dos livros-reportagem.

### **Embate com a metáfora do espelho**

Tradicionalmente, o primarismo epistêmico da ideologia de ciência positivista, com a sua teoria da verdade como correspondência perfeita entre a representação e a realidade, impunha uma concepção teórica da função institucional do jornalismo extremamente menosprezada. Relegava a mediação jornalística a ser tão melhor quanto maior a capacidade do profissional jornalista de se anular, para deixar que a própria realidade viesse a determinar a notícia.

É esse o fetichismo implícito na chamada teoria do espelho, que reifica o papel do jornalismo como apenas a mera descrição do fato consumado, a resenha do acontecido, acreditando que a concepção positivista mitificada da “objetividade” pudesse identificar a verdade absoluta. Relegando, desta maneira, a interpretação e a apresentação da diversidade significativa de versões e fontes a um zelo desnecessário.

A matéria-prima de “Os Sertões”, livro lançado originalmente em 1901, nasceu a partir da missão assumida pelo engenheiro, escritor e repórter do jornal *O Estado* (então *A Província*) de S. Paulo, Euclides da Cunha, de acompanhar a última das quatro expedições do governo republicano que resultou no massacre do arraial de Canudos. Na condição dupla, também, de adido ao Estado Maior do Ministro da Guerra, conforme lembra GALVÃO (2010, p.10), ele enviou uma série de reportagens ao jornal, nas quais se “leem o entusiasmo republicano e o fervor sacrificial de que todos estavam possuídos”. A cobertura desse evento, que contou também com correspondentes de jornais paulistas, cariocas e baianos, marcou o elemento fundador da reportagem no Brasil, com o espírito de observação *in loco* de determinadas realidades.

Decantando a experiência e cotejando diversos outros saberes, Euclides da Cunha elaborou, com paciência, o seu livro “Os Sertões”, diferente do material fugaz publicado originalmente no jornal. Mesmo assim, não conseguiu se afastar da mitologia do espelho, já que estava contaminado, conforme avalia Galvão (2010, p. 11), por um ponto de vista “nitidamente determinista”, tendo montado o seu livro obedecendo “aos ditames analíticos de raça, meio e momento, tomados como determinantes dos eventos históricos”. No entanto, refletindo sobre toda a experiência do horror do massacre que viu de perto, Euclides assume uma postura de certa forma contraditória ao positivismo, fazendo uma ampla defesa dos sertanejos, vistos como “encarnações do espírito divino que levam a história adiante”.

No prefácio original, Euclides descreve o seu propósito: “Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil” (CUNHA, 2010, p.19). O autor acreditava que os sertanejos estavam próximos ao “desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra”. Em seguida, reafirma que o que aconteceu em Canudos foi, “na significação integral da palavra, um crime. Denunciemo-lo” (CUNHA, 2010, p. 20). Tendo mais tempo para preparar sua obra, longe do calor da batalha e das

circunstâncias de censura, Euclides, mesmo ainda tomado pelo determinismo, constrói, em “Os Sertões”, um poderoso libelo contra a opressão.

Alcançando êxito de público, “Os Sertões” serviu, na análise de Galvão (2010, p. 12), como um “vasto *mea culpa*” para a opinião pública brasileira, que se viu “abalada por ter incorrido num equívoco, escancarando sua sanha sanguinária contra um punhado de pobres que não ameaçava ninguém”. Como um poderoso elemento reconfigurador da realidade, o livro de Euclides da Cunha deixou patente, ainda segundo Galvão, a manipulação dos jornais e das autoridades. “As manifestações de desagravo aos canudenses espalharam-se pelo país e pelos setores sociais, mesmo os que, no início, eram os mais vociferantes. O exército envergonhou-se e os brasileiros envergonharam-se do exército” (GALVÃO, 2010, p. 13).

Abordando justamente as possibilidades de superação da visão reducionista que esse produto jornalístico contemporâneo pode engendrar, Lima (2009, p. 131) argumenta que “o livro-reportagem moderno ensaia introduzir, em seu enfoque, uma lente que passa a observar a realidade na dimensão ampliada perceptível pela ciência moderna”. E acrescenta que o jornalista-autor deve procurar duvidar que “o real seja apenas sua porção mais aparente, visível, concreta, material”. Lima acredita que os jornalistas que se aventuram a escrever livros deveriam estar muito atentos, por fim, aos “pontos de confluência entre o real visível e aquele menos tangível que se insinua camuflado, tímido e fugidio, por detrás dos acontecimentos concretos”.

Portanto, a despeito de toda a engenharia ideológica da epistemologia positivista para disseminar no senso comum uma noção obscura da dimensão construtivista do jornalismo, esta efetivamente se constitui, quando é exercida com excelência profissional, em espaço que possibilita aos cidadãos o uso público da própria razão para solucionar seus problemas, como dizia Kant (1993). Ou seja, para predestinar a ação dos seus representantes políticos e definir os rumos que a sociedade deve tomar, funcionando como um estuário da história em construção. Esta é a concepção mais elevada do papel institucional desempenhado pelo jornalismo e, particularmente nessa análise, do livro-reportagem.

### **Contrato para um compromisso público**

Em 1978, a editora Alfa-Omega desafiou o governo militar brasileiro ao lançar, em bancas de revistas, uma série de cinco livros-reportagem intitulada “História Imediata”, que

abordavam temas tabus e silenciados pela grande imprensa. O primeiro número, que quase esgotou, em uma semana, a sua tiragem inicial de 25 mil exemplares, demonstrando um ávido interesse dos leitores, foi justamente “A guerrilha do Araguaia” (1978), resultado do trabalho coletivo de Palmério Dória, Sérgio Buarque, Vicent Carelli e Jaime Sautchuk.

Empolgados com o sucesso, os editores criaram, na contracapa do livro número 2, “A greve na voz dos trabalhadores: da Scania a Itu” (1979), um curioso anúncio, ilustrado pelo desenho de uma moeda em pé, projetando uma sombra, equilibrada, emoldurando um texto que anunciava: “Agora você pode saber, com todos os detalhes, como é que aconteceram todos aqueles fatos que a censura escondeu dos brasileiros durante tanto tempo”. E assume o compromisso com os leitores de, mensalmente, mostrar “como é o outro lado da moeda – o lado que o mundo oficial proibiu e a grande imprensa silenciou”. Fechando a proposta, como quem sela realmente um contrato, o anúncio garante: “*História Imediata* analisa a história recente do país, dando a palavra aos repórteres que têm um compromisso com a democracia e com a liberdade de imprensa”.

Na Nota dos Autores que abre a primeira edição, com o título de “Por que tanto segredo?”, os jornalistas lamentavam que a Guerrilha do Araguaia, ocorrida entre os anos 1972 e 1974, só tinha sido abordada, até então, em um única reportagem, publicada no jornal *O Estado de S.Paulo*, em setembro de 1972. O assunto logo foi taxado como proibido pela censura prévia e nenhuma linha mais foi publicada por órgãos de referência até o surgimento do livro. “Os jornalistas, porém, sentem-se mais à vontade divulgando os fatos enquanto eles acontecem. Mas sabem que uma das formas de lutar contra a censura é contar o que antes era proibido” (DÓRIA et. Al., 1978, p.5), acrescentam os autores no preâmbulo.

Também na apresentação do livro “A guerrilha do Araguaia”, o professor da USP, José de Souza Martins, questiona a postura de imparcialidade da imprensa e do repórter que paira sobre os fatos sem julgá-los, elogiando a narrativa da obra: “Qualquer atividade que questione a mentira, oficial ou não, é necessariamente uma atividade política. É um elementar direito político democrático dos cidadãos do país o de serem informados do que se passa. Por isso estas reportagens são políticas”. (MARTINS, 1978, p. 7).

Sem contar com a colaboração de fontes oficiais e aproveitando-se do fato de já não estarem pressionados pela censura prévia, os autores de “A Guerrilha do Araguaia” promoveram uma investigação de cinco anos. Ouviram bispos, padres, camponeses, fazendeiros, bate-paus, alguns militares e até mesmo indígenas da região, elaborando, na narrativa, um mosaico de versões, iluminado por escasso material documental, como o raro

jornal clandestino *Araguaia*, que foi porta-voz dos guerrilheiros. No texto de abertura dos autores, um compromisso assumido como repórteres, de resgatar do “*nada da censura o tudo da História*”: “Transformaram-se em correspondentes de guerra – sem convite nem credenciais – para resgatar do silêncio, que acoberta, mas não redime, os detalhes do acontecimento que nos afetou a todos” (DORIA et. Al., 1978, p. 6).

Embora Hallin e Mancini (2010, p. 48-49) avaliem que, ao longo da história, “ao contrário dos médicos e advogados que fornecem serviços pessoais, os jornalistas trabalham numa indústria em que a norma é produção em massa”, o que, de certa forma, oprime sua autonomia, a experiência de uma editora como a Alfa-Omega de abraçar o jornalismo em pleno regime militar de exceção, dando liberdade e autonomia aos jornalistas para tecer uma narrativa política, demonstra claramente que, mesmo em ambientes políticos sufocantes, é possível levantar uma voz anti-hegemônica.

É justamente o que Hallin e Mancini (2010, p. 50-51) conclamam como a necessidade de adoção de uma ideologia do jornalismo como um “dever público”, o que não deveria ser descartado como uma “mera ideologia”, nem “aceito como puro altruísmo”. Eles acrescentam que essa postura trata de “uma concepção específica histórica do papel dos jornalistas na sociedade, com consequências importantes na prática jornalística e na relação dos *media* com outras instituições sociais”. Os autores concluem que o jornalismo deve adotar uma ética do serviço público, aberto às críticas da sociedade e voltando sua ação para as suas principais demandas de informação.

O livro-reportagem é um dos espaços, por excelência, para o jornalista adotar uma postura autoral e autônoma, buscando uma narrativa plural e multiangular dos acontecimentos da contemporaneidade. Lima (2009, p. 83) afirma categoricamente que o livro-reportagem é uma “obra de autor”, sendo que a marca da presença do seu realizador “é, muitas vezes, marcante”. De certa forma liberto dos comprometimentos com “o nível grupal e com o nível de massa” da grande imprensa, o compromisso do jornalista-autor de livros seria com “sua própria cosmovisão e com o esforço de estabelecer uma ligação estimuladora com seu leitor”.

Catalão (2010, p. 8), concorda com esse prisma. Confirma que o livro-reportagem é um gênero emergente na cultura brasileira contemporânea, encontrando cada vez mais um público fiel em termos de mercado editorial e conclui que o repórter-autor, como ele denomina, “assume uma posição autoral singular na cadeia da comunicação discursiva,

travando diálogo com um leitor cujas características parecem também diferenciadas em relação ao leitor brasileiro contemporâneo”.

Para Stuart Hall, Chas Chritcher, Tony Jefferson, John Clarke e Brian Roberts (1999) embora se prestem, geralmente, para legitimar os interesses poderosos das elites políticas e econômicas, as notícias não podem ser entendidas como estando, de uma maneira determinada, completamente controladas por esses setores dominantes. Devem ser antes consideradas um produto social resultante de vários fatores. Diversos exemplos de trabalhos de autores de livros-reportagem corroboram para outra ideia central de Hall et Al. (1999): além da organização burocrática dos veículos de comunicação na produção de notícias, existe o momento da sua própria construção, que frequentemente passa despercebido, embora igualmente importante.

Hall e os demais autores estão se referindo ao espaço de autonomia do jornalista dentro das hierarquias da própria redação. Mas não há como não associar o raciocínio à autonomia do repórter autor de livros-reportagem, quando afirmam que o jornalista presume o seu público e o *stock* de sentidos, conhecimentos e saberes que partilha com a audiência, para pretender que o seu produto seja compreensível e tenha legitimidade. Desta forma, busca-se evitar que o mundo seja representado como caótico, identificando e relacionando as notícias e porque não, os temas e conteúdos dos livros, com outros acontecimentos do conhecimento público.

Já o conceito de acontecimentos problemáticos de Hall et. Al. (1999, p. 228), justamente aqueles que “rompem com as expectativas comuns e são, por conseguinte, ameaçadores para uma sociedade baseada na expectativa de consenso, ordem e rotina” é útil para entender o propósito mais contextualizador do livro-reportagem na instituição jornalística. Para esses autores, o delineamento, por parte dos *media*, de acontecimentos problemáticos é crucial de duas maneiras: “*Os media* definem para a maioria da população os acontecimentos significativos que estão a ter lugar, mas também oferecem interpretações poderosas acerca da forma de compreender estes acontecimentos”.

Porém, a autonomia do jornalista, bem mais presente quando esses profissionais optam por produzir livros-reportagens, não é condição única para que as obras nasçam livres de estereótipos, tipificações e reducionismos. Ter mais tempo para entrevistar, comparar e confrontar os argumentos sobre fatos históricos ou personagens narrados não garante, tão somente, que o livro proporcionará aos leitores uma leitura múltipla e complexa da realidade relatada. Como o jornalista autor de livros-reportagem faz parte do “mundo da

vida” que interpreta, também está sujeito à forte carga de valores e crenças que precisa sempre contrabalancear em todo seu percurso de escolha do tema, busca de versões e narração final. Este é um processo paciente, de constante aprendizado.

### **Desvelando o oculto da História**

Em 2009, quando o jornalista Leonencio Nossa publicou em primeira mão, no jornal *O Estado de S. Paulo*, uma série de 18 reportagens revelando os documentos do arquivo pessoal de Sebastião Rodrigues de Moura, o Major Curió, figura essencial na repressão aos guerrilheiros do Araguaia, o tema continuava envolto em névoas. O jornalista percebeu que o material renderia, com a possibilidade de maior contextualização, o tema para um livro, lançado em 2012 e tendo por título “Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia”. Nossa (2012, p. 394), explica o seu percurso para enriquecer as contundentes fontes documentais: “Pais, irmãos, amigos [dos guerrilheiros mortos], barqueiros, garimpeiros, mulheres de cabarés, cangaceiros, mariscadores e castanheiros” detalharam os crimes, complementaram informações e apresentaram novas versões dos combates e fuzilamentos. Ou seja, o jornalista buscou complementar a versão oficial, que também era rara e difícil de obter, com os saberes da população da região, procurando uma versão dialógica e plural dos fatos obscurecidos por tantos anos, mesmo a partir do período democrático de 1985.

Em “Mata!” Leonencio relata as dificuldades que teve e as estratégias que adotou para conseguir, com muito custo, que uma figura mítica como o Major Curió compartilhasse seus segredos sobre uma realidade pública assustadora. Hoje se sabe, segundo afirma o jornalista, que a Guerrilha do Araguaia envolveu 98 guerrilheiros, sendo que 41 deles foram fuzilados e outros 18 mortos em combates. As investidas das forças de repressão, três ao todo, envolveram mais de três mil homens das Forças Armadas e das polícias Federal, Rodoviária, Civil e Militar, entre 1972 e 1974.

As tentativas de se aproximar do Major Curió começaram em meados da primeira década do século XXI, quando o personagem era prefeito de uma cidade que ajudou a criar, com o curioso nome de Curionópolis, no Pará. Nossa (2012, p.15) comenta: “Aqui, ele mandou na lábia e com a pistola na cintura. Só aceitava conversar sobre a guerrilha num banco da praça Curió, rodeado de aliados e seguranças, que ficavam em pé e de braços cruzados”. Depois, passou a responder por escrito às perguntas, anotando na própria caderneta do repórter e, em seguida, arrancando a folha e guardando consigo.

Em termos teóricos, Leonencio Nossa estava procurando contemplar a esfera da controvérsia legítima, nos termos de Hallin (1986, *apud* Traquina) coletando a versão dos fatos de um ex-agente da repressão e comparando com as memórias de gente da região, inclusive alguns que auxiliaram os guerrilheiros e outros que foram forçados à denunciar suas posições na mata. Foi além no esforço de contextualização, recontando para o leitor toda a história do povoamento da região do Araguaia antes e depois de guerrilha, bem como a descrição da gestão de Curió em Serra Pelada e os conflitos intensos de terra que marcam a atualidade nesse pedaço de Brasil cheio de controvérsia e histórias ocultas. Um esforço legítimo para entender as forças que agiram e agem sobre os seres humanos naquela região.

Nas três esferas do jornalismo analisadas por Daniel Hallin (1986 *apud* TRAQUINA, 2004, p.114), a esfera do consenso compreende a grande maioria das matérias elaboradas sob a égide do pensamento único. Uma vez que os jornalistas não se sentem obrigados, diante do consenso social estabelecido pelo discurso ideológico dominante, de apresentarem as versões dissensuais, contra-hegemônicas ou contra-factuais. Desta maneira, o consenso a que Hallin se refere é elaborado, sob a influência do discurso ideológico hegemônico, nas interações simbólicas da vida social e não na forma como se dá o processo de construção de sentidos, identidades e decisões operada na discussão pública articulada pela mídia noticiosa.

Nesta construção, o debate é esvaziado com a exclusão dos posicionamentos que se distanciam do consenso social. Ocorre, então, o seu deslocamento para a esfera do desvio, que fica assim hipertrofiada tanto quanto a ilegitimidade do “consenso” produzido na dita esfera do consenso, que, assim, seria melhor denominada de esfera do “pseudo-consenso” (HABERMAS, 1984). Por muito tempo, a historiografia oficial se esforçou por tratar a Guerrilha do Araguaia dentro da esfera do desvio, condenando o que poderia ser considerado como atitude transloucada de um grupo de jovens que pegaram em armas no sonho “ilusório” de construir uma guerrilha no campo.

A esfera da controvérsia legítima, o grande ideal comunicativo da teoria democrática, por fim, fica reduzida a uma dimensão extremamente restrita na imprensa cotidiana. É justamente sobreposta pela prevalência da teoria do espelho, que considera o compromisso do jornalismo com a diversidade significativa existente na sociedade uma fraqueza devido à sua presunção de apresentar a verdade absoluta dos fatos, relegando o debate pluralista àquelas situações em que não pode esconder as dúvidas e controvérsias sempre existentes sobre a realidade. Jornalistas-autores como Leonencio Nossa e os autores

dos livros da coleção “História Imediata” buscam, justamente, o difícil equilíbrio da orquestração de vozes diversas, mesmo em conflito.

Até conseguir que Curió finalmente lhe abrisse o seu famoso arquivo de documentos secretos, Leonencio Nossa empreendeu um verdadeiro jogo de paciência com o seu personagem. No período de 2002 a 2009, fez 45 entrevistas com Curió na cidade de Curionópolis. Quando o ex-agente mudou-se para Brasília, em 2010, onde Leonencio atua como correspondente de Política de *O Estado de S. Paulo*, os encontros se tornaram mais constantes, de uma a duas vezes por semana. Enfrentou muitas críticas dos poucos sobreviventes do Araguaia e antigos líderes do PC do B ainda vivos na época, que se recusaram a falar com o jornalista por acreditarem que Leonencio estaria, na verdade, fazendo uma biografia elogiosa de Curió.

Na concepção de FERREIRA (2004, p. 405), alguns autores de livros-reportagem, como Caco Barcellos, por exemplo, postam-se “nitidamente na luta pela (re) articulação da esfera pública, questionando e rompendo, em algum grau, a verossimilhança das ficções tomadas como realidade pelas verdades hegemônicas”. Assim, esses autores contribuiriam com a narrativa da contemporaneidade “iluminando áreas escuras e desconhecidas por meio de um trabalho sobre fragmentos do real”. Para Ferreira (2004, p. 325-326), o livro-reportagem se apresenta como uma possibilidade de uma “formatação diferente do jornalismo capaz de explorar as contradições sociais”. Os jornalistas-autores se posicionariam, assim, não só contra o jornalismo tradicional, mas, também, em oposição a “todos os demais instrumentos ‘oficiais’ de produção de sentido”. Buscam romper, portanto, segundo este autor, com uma “censura” imposta por quem “pode determinar o que deve ou não ser publicado (ou veiculado de outras formas)”.

Neste sentido, o jornalista preocupado com a busca de uma visão plural dos acontecimentos históricos utiliza, muitas vezes, armas bastante criativas para seduzir personagens difíceis, como Curió. No corpo do próprio livro, Leonencio se coloca na narrativa para contar aos leitores que Curió realmente começou a aceitar a abrir o jogo sobre sua participação na repressão na Guerrilha do Araguaia quando o jornalista apareceu em Curionópolis com três filmes de guerra, “Apocalypse now”, de Francis Ford Copolla, “Platoon”, de Oliver Stone e “Nascido para matar”, de Stanley Kubrick.

Em um mesmo dia, Curió aceitou encarar a maratona de filmes, que trouxeram à tona de sua memória cenas da guerrilha. Particularmente a obra-prima de Copolla, que gerou reações entusiasmadas de Curió e um comentário revelador, ao final da sessão:

“Antes de eu vir para a Amazônia, combater a guerrilha, o ministro da Guerra, Orlando Geisel, me disse: “Não volte sem pegar o último deles”. Não entendo uma coisa. Por que me comparam a Kurtz?” (NOSSA, 2012, p. 19). Utilizando uma estratégia quase calcada na psicologia, Leonencio Nossa conseguiu que uma fonte tão misteriosa e controversa sentisse seu passado projetado em um filme que retrata, justamente, a história de um oficial do exército americano que enlouquece, deserda e vira ídolo de nativos no Camboja. Estranha semelhança de Kurtz com Curió, que quis tornar-se “imperador” de toda uma região, tentando manter, consigo, guardado, o monopólio do segredo da história.

### **Autonomia jornalística no livro-reportagem**

Publicadas nas primeiras décadas do século XX, as reflexões de Dewey (2004) sobre o jornalismo e os seus papéis sociais auxiliam no debate a respeito da função emancipadora do livro-reportagem no debate público. O filósofo argumenta que o público não pode se constituir enquanto tal sem uma plena publicidade sobre todas as consequências que lhes dizem respeito. Portanto, tudo o que obstrua e restrinja a publicidade, limita e distorce a opinião pública, esvaziando e deformando a reflexão sobre as questões sociais, que só se desenvolve com uma comunicação livre e sistemática.

No tocante ao método de seleção da pauta no Jornalismo, o filósofo norte-americano chama a atenção para o fato de que se concebe a Notícia como uma novidade que se desprende da rotina, do velho e costumeiro. No entanto, seu significado está condicionado pelo seu relacionamento com a dimensão social, com a sua importância derivada das suas consequências sociais. Assim, determinar a importância da novidade implica na contextualização/interpretação do acontecimento, do fato estabelecido, que se incorporou na noção de realidade das pessoas. Neste sentido, considera imprescindível que a notícia realize uma interpretação da realidade social que contemple as suas consequências para o público. “Sem coordenação e sem um caráter consecutivo, os acontecimentos não são mais que simples eventos abruptos; um acontecimento implica que a partir dele ocorre algo. (DEWEY, 2004, p. 154).

Livre, em certa medida, das pressões da rotina jornalística, da ordem do tempo e do espaço, além de várias sanções políticas e econômicas que assombram os *media* jornalísticos, o autor de livros-reportagem tem plena possibilidade de problematizar os acontecimentos contemporâneos com mais acuidade. Dewey (2004, p. 155), já dizia que da mesma forma que uma indústria dirigida por engenheiros sobre uma base tecnológica real

“seria muito diferente do que é atualmente, a construção e informação de notícias também seria algo muito diferente se se deixasse que atuassem livremente os autênticos interesses dos repórteres”.

A frequente e costumeira afirmação de que a evolução e o aperfeiçoamento da cobertura jornalística não teria nenhum efeito especial, porque a massa do público leitor não tem interesse em conhecer nem assimilar os resultados de uma investigação precisa, é categoricamente refutada por Dewey. Segundo ele, esta argumentação de que uma apresentação técnica e culta só atrairia aos tecnicamente eruditos e não seria notícia para as massas perde força se for levado em conta o imenso potencial da arte. Por isso, a divulgação tem uma importância fundamental e, desde logo, é uma questão de arte.

Na justificativa de sua posição, Dewey reconhece que, sem dúvida, um periódico que não fosse mais que a edição diária de uma revista trimestral de sociologia ou de ciência política teria uma circulação limitada e sua influência seria escassa. Contudo, salienta que, ainda assim, a mera existência e acessibilidade desse material teria certo efeito regulador. O material teria uma relevância humana tão enorme e ampla que só a sua existência seria um convite irresistível a sua apresentação com atrativo popular. Em outras palavras, “a liberação do artista na apresentação literária é uma condição prévia da desejável criação de uma opinião adequada sobre os assuntos tão importantes como a liberação da investigação social” (DEWEY, 2004, p. 155-156).

A citação de Dewey define, em certa medida, o trabalho do autor de livros-reportagem. Em um país como o Brasil, com índices deficitários de leitura, a circulação e impacto desses livros realmente é bem menor do que a de um telejornal, por exemplo. Mas o livro é espaço garantido para temas de extrema relevância por motivos diversos não abordados pela imprensa cotidiana. É um equívoco pensar que certos temas não têm força editorial sem, antes, sentir sua reação junto ao público leitor. A jornalista mineira Daniela Arbex, que atua no jornal Tribuna de Minas, em Juiz de Fora, distante dos grandes centros jornalísticos, surpreendeu o mercado editorial e sensibilizou os leitores ao trazer à tona, em seu primeiro livro, “Holocausto Brasileiro”, em 2013, a história do maior hospício do Brasil, conhecido como Colônia e localizado em Barbacena. Nas suas dependências, ao longo de um século, morreram cerca de 60 mil pessoas, sendo algo em torno de 70% sem diagnóstico de doença mental, vítimas das mais atroz condições de maus tratos e falta de estrutura. O livro já passou a marca de 100 mil exemplares vendidos, sem trazer a biografia

de um nome famoso, ou um tema histórico palpitante. Pelo contrário, trata-se de uma narrativa dolorida, sobre anônimos que clamam por ter voz em qualquer tempo.

Arbex (2013, p. 255) não se furta a inserir, como autora, os seus comentários em meio ao desfile de histórias pungentes, como na afirmação: “Tragédias como a do Colônia nos colocam frente a frente com a intolerância social que continua a produzir massacres: Carandiru, Candelária, Vigário Geral, Favela da Chatuba, são apenas novos nomes para velhas formas de extermínio”. Logo adiante, na mesma página, ressalta que “a história do Colônia é nossa a história. Enquanto o silêncio acobertar a indiferença, a sociedade continuará avançando em direção ao passado de barbárie. É tempo de escrever uma nova história e de mudar o final”. Daniela Arbex não só assume o compromisso de reconstituir pela narrativa jornalística um passado contundente que estava obscurecido, como também convoca seu leitor para assumir posições de denúncia e inconformismo com situações atuais de desrespeito aos direitos humanos básicos.

Em seu livro mais recente, “Cova 312”, lançado em 2015, Daniela Arbex se propôs a um novo desafio. Reconstituir o que realmente aconteceu com o militante político Milton Soares de Castro, que esteve envolvido na frustrada tentativa de formação de um foco guerrilheiro na Serra de Caparaó. Após sua prisão, em 1967, ele nunca mais foi visto e informações desconstruídas davam conta que ele teria suicidado. No livro, além de reconstituir a história de Milton, Arbex comprova o seu assassinato pelas forças da repressão e, de forma surpreendente, encontra até mesmo a sua cova, cujo número consta no título. Um esforço desmedido de repórter para desencavar o passado mudo.

Mais uma vez, em meio à narrativa, Arbex (2015, p. 336) não se furta a falar com os seus leitores: “Conhecer os episódios de vida e de morte dos militantes políticos me deu a oportunidade de desvendar um Brasil que ainda teme os seus fantasmas e se acovarda diante do peso da culpa”. Arbex destaca que ficar calado diante de “uma nação que foi esfacelada pela violência no passado e continua reproduzindo os métodos de tortura e exclusão do período de arbítrio é compactuar com crimes dos quais podemos nos tornar vítimas”. E, em uma aproximação com o tempo presente, lamenta a reedição, nas ruas, de marchas clamando o retorno do governo militar. “É desconhecer os anos de sombra que envolveram o Brasil ou aceitar que a força supere o diálogo e o esforço dos movimentos populares na busca por caminhos de paz” (ARBEX, 2015, p. 336).

### **Elementos para uma possível conclusão: garantias de acesso direto**

A produção de livros-reportagem no Brasil, que ganha mais tradição recentemente, mas tem raízes profundas que remontam ao surgimento da reportagem no país no início do século XX, soma-se a outros esforços contemporâneos da instituição jornalística para, acompanhando Hall, nutrir a possibilidade de ressignificação das crenças estabelecidas no acervo de conhecimentos partilhados na tradição cultural. Essa situação coloca aos jornalistas da mídia noticiosa e, também, aos autores de livros-reportagem, um desafio constantemente renovado.

Exemplos como os citados neste artigo ajudam a encarar a mídia e a instituição jornalística como o auspicioso lugar virtual onde os cidadãos podem construir a mudança social em busca da solução de problemas e de um mundo da vida melhor. Autores como Leonencio Nossa e Daniela Arbex garantem, aos seus personagens, em seus livros-reportagem e mesmo em seu trabalho na imprensa, o que Molotch e Lester (1994, p. 46) chamam de acesso direto, mais comum no jornalismo investigativo. Trata-se das ocasiões em que os próprios jornalistas vão “desenterrar” as notícias que, frequentemente não interessam aos poderosos que se tornem públicas. Esta situação demonstra, como comenta Stuart Hall, que nem sempre o processo de legitimação dos meios de comunicação coincide com a legitimação da estrutura de poder.

Assim, o profissional jornalista, particularmente o autor de livros-reportagem, deve perceber que a sua lealdade maior, para conquista de um conceito de atuação de excelência, é com a objetividade entendida de forma deflacionada, humanizada. Como aquilo que é intersubjetivamente reconhecido como válido pelo contexto de seu auditório, mas também que leve em conta que ele é composto por pessoas em processo de aprendizagem. Isto implica numa concepção de verdade normativa de postura pós-convencional (HABERMAS, 1989), que contemple não só o que está convencionado no consenso social, mas também as aspirações dissensuais, contra-hegemônicas e contra-factuais que almejam a construção de uma sociedade com menores potenciais de conflito e violência e, conseqüentemente, com uma vida menos ameaçada e mais autêntica.

### **Referências:**

ARBEX, Daniela. **Cova 312**: a longa jornada de uma repórter para descobrir o destino de um guerrilheiro, derrubar uma farsa e mudar um capítulo da história do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

\_\_\_\_\_. Daniela. **Holocausto brasileiro: Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil.** São Paulo, Geração Editorial, 2013.

CATALÃO JR., Antônio Heriberto. **Jornalismo Best-seller: o livro-reportagem no Brasil contemporâneo.** 2010. Tese doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara.

DEWEY, John. **La opinión pública y sus problemas.** Espanha: Madri, Ediciones Morata, S.L., 2004.

DÓRIA, Palmério; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vincent; SAUTCHUK, Jaime. **A guerrilha do Araguaia.** Coleção História Imediata, volume 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões:** volume 1. São Paulo, Abril, 2010.

FERREIRA JR. Carlos Antonio Rogé. **Literatura e Jornalismo, práticas políticas: Discursos e Contra-discursos, o Novo Jornalismo, o Romance-reportagem e os Livros-reportagem.** São Paulo: Edusp, 2004.

GALVÃO, Walnice Nogueira. **Um livro “vingador” (prefácio).** In: CUNHA, Euclides da. **Os sertões:** volume 1. São Paulo, Abril, 2010.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: livro-reportagem como extensão do jornalismo.** São Paulo: editora Manole. 4ª edição, 2009.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

\_\_\_\_\_. **Mudança estrutural da esfera pública.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HALL, Stuart, CHRITCHER, Chas, JEFFERSON, Tony et All. **A produção social das notícias: o “mugging” nos media.** In: TRAQUINA, Nelson. (Org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Lisboa: Vega, 1999.

HALLIN, Daniel C., MANCINI, Paolo). **Sistemas de media: estudo comparativo. Três modelos de comunicação e política.** Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

KANT, I. **A paz perpétua e outros opúsculos.** Lisboa: Edições 70, 1993.

MARTINS, José de Souza. **O Araguaia vai ferver!** (profecia do padre Cícero). In: DÓRIA, Palmério; BUARQUE, Sérgio; CARELLI, Vincent; SAUTCHUK, Jaime. **A guerrilha do Araguaia.** Coleção História Imediata, volume 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MOLOTCH, Harvey, LESTER, Marilyn. **As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos.** In: TRAQUINA, Nelson.(Org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”.** Lisboa: Vega, 1999.

NOSSA, Leonencio. **Mata!** – O major Curió e as guerrilhas no Araguaia. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: Porque as notícias são como são.** Volumes 1 e 2. Florianópolis: Insular, 2005.